Bolívia na encruzilhada
o governo Morales e a política indígena

Pablo Regalsky
Antropólogo do Centro de Comunicación y Desarrollo Andino (Cenda)
de Cochabamba (Bolívia)

Publicado com a permissão do autor
Traduzido por Henrique Carneiro
Originalmente publicado em *Herramienta*, n. 31

A Bolívia na encruzilhada:
o governo Morales e a política indígena

A eleição de Evo Morales ocorre no bojo de uma série de mobilizações sociais que refletem a entrada em cena do campesinato de origem quíchua e aimará como o grande ator do processo político boliviano. As questões da identidade étnica, dos direitos tradicionais sobre as terras e da evolução do Movimiento al Socialismo (MAS), de braço político da central camponesa para um partido burocratizado, são analisadas no artigo.
Palavras-chave: Bolívia, movimento camponês, comunidades indígenas.

Bolivia at the Crossroads:
Morales Government and Indigenous Politics

The election of Evo Morales occurred as part of a series of social mobilizations that reflected the debut of the Quechua and Aymaran-origin peasants as the great actors in the Bolivian political process. This article analyses the issues on ethnic identity, on traditional rights over land, and on the evolution of the Movimiento al Socialism (MAS) from the political arm of the peasants union centre towards a bureaucratic party.
Keywords: Bolívia, peaseant movement, indigenous communities.

Os discursos de Evo Morales propõem um mito: *os indígenas chegaram ao poder e agora se iniciam 500 anos de poder indígena*; e um fato: *é o primeiro indígena que, apoiado nos movimentos sociais, chega à presidência por meio de eleições*. Sua proposta de um governo de inclusão e a convocação de uma Assembléia Constituinte para a refundação da Bolívia com a participação dos povos indígenas – que foram excluídos desde a fundação da República *criolla* há 180 anos – será posta à prova no contexto de um povo mobilizado e confrontado com a aliança formada pelos setores latifundiários e pelas companhias petroleiras.

A situação que vive a Bolívia desde o ano 2000 – que García Linera, hoje vice-presidente, e também grupos de esquerda qualificam como revolucionária ou como uma sucessão de crises revolucionárias – é resultado de um emaranhado de processos dos quais revisaremos três no presente artigo. São processos históricos imediatos: o *primeiro* vinculado à emergência dos povos indígenas, suas organizações e sua luta por territórios e autonomia desde os anos 1980, o *segundo* a organização em 1995 do *instrumento político* da Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB) que logo deriva no Movimiento al Socialismo (MAS) e segue a trajetória que chega até as últimas eleições de 18 de dezembro de 2005. O *terceiro* é o processo mais geral – e que explica em grande medida os anteriores – referindo-se à *territorialização dos movimentos sociais* e à conseqüente territorialização da reação burguesa no marco da globalização e de uma profunda crise dos Estados-nação. Os resultados excepcionais das eleições de 2005 se situam nesses processos e, é claro, em uma poderosa mobilização social que não se deteve nos últimos cinco anos.

Para entender cabalmente a luta de classes na Bolívia, outras linhas de análise são tanto ou talvez mais importantes que esses processos nos quais me concentrarei, mas decidi circunscrever o artigo, atendendo a necessidade de extrair os novos ensinamentos do processo boliviano em curso e, com eles, entender o possível desenvolvimento das lutas latinoamericanas por ele encabeçado. Sem aprofundar uma análise do processo de reestruturação econômica e da nova configuração da burguesia e seus laços com o capital transnacional, tocaremos aqueles elementos mais necessários para compreender o aspecto-chave da situação, que é *o surgimento vigoroso de um ator social, o campesinato indígena* que desloca a classe operária de sua posição hegemônica e coloca um novo projeto estratégico de mudança do país, no contexto dos levantes indígenas em vários outros países do continente.

Em 1979 nasceu a CSUTCB aglutinando todo o movimento camponês boliviano. Dela formam parte as nove federações camponesas departamentais e outras tantas regionais, abarcando tanto as terras altas como as baixas. No início, chegaram a integrá-la inclusive os povos amazônicos e a então chamada Central Indígena do Oriente Boliviano (CIDOB), mas pouco depois a CSUTCB foi ficando circunscrita às comunidades camponesas aimarás, quíchuas e falantes de espanhol que são aproximadamente 11 mil com uma população total aproximada de 3,5 milhões de camponeses. E a CIDOB se transformou, no começo dos anos 1990, na Confederação Indígena da Bolívia, que abarca as minorias amazônicas e guaranis com uma população de cerca de 300 mil pessoas. Mesmo que, desde então, ocorressem vários momentos de desarticulação paulatina nessas estruturas nacionais camponesas e indígenas, não se destruiu, no entanto, a mobilização, expressada finalmente em várias semi-insurreições urbanas, demonstrando a profundidade desse processo que também força, em vários momentos, as organizações nacionais e regionais indígenas e camponesas a negociar propostas de ação comum.

O batismo de fogo da CSUTCB aconteceu imediatamente após a sua fundação quando, pouco depois da queda da ditadura militar de

Banzer, o governo provisório (eleito no Parlamento) de Lidia Gueiler decretou um duro pacote econômico e a CSUTCB reagiu com o primeiro *bloqueio geral de todas as estradas* do país que deixou as cidades completamente isoladas durante mais de uma semana, em dezembro de 1979. A CSUTBC nasce como um organismo afiliado à Central Obrera Boliviana (COB), que nesse momento ainda era dirigida pelo hoje falecido Lechín, e empregou todos os seus esforços para apagar a explosão social, fora de seu controle e ultrapassando também as capacidades da recém-nascida direção *katarista* aimará da CSUTCB. Esse espetacular bloqueio nacional de 1979, nascido da demanda de anulação do pacote de medidas monetaristas da presidenta Gueiler e, principalmente, demandando a anulação do aumento da gasolina e dos preços do transporte, deixou entrever que, por trás da luta defensiva classista por reivindicações econômicas, estava se colocando de fato a questão do controle do território. Chegou-se a uma situação na qual o Estado deixava de ser a garantia da liberdade de circulação no território nacional e as cidades poderiam ficar freqüentemente estranguladas pelo ferrolho que as comunidades punham em toda forma de transporte – inclusive dos alimentos básicos – com a declaração dos bloqueios nacionais (e, às vezes, departamentais ou locais). Também estava claro que, apesar da CSUTCB ser parte da COB e os camponeses considerarem-se parte da classe trabalhadora, existia um cisma entre as organizações urbanas e as rurais. Mesmo que as lutas da COB e, particularmente, as greves dos professores fossem muitas vezes apoiadas ativamente pelos camponeses, não ocorria o contrário e as reivindicações camponesas eram sempre vistas com suspeita a partir das fileiras operárias, e muito pior a partir das classes médias urbanas que seguiam a situação com temor e, na maioria das vezes, com uma rejeição marcada pelo racismo.

O momento do discurso camponês autônomo e da ruptura com o Estado paternalista

O ocorrido em 1979 é um ponto de inflexão importante já que marca uma ruptura do campesinato com um regime de Estado que se conhecia, em círculos intelectuais, como "o Estado de 1952", isto é, o regime que com a condução do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) lhes havia devolvido a terra por meio da reforma agrária de 1953.[1] Na raiz da reforma agrária, o campesinato havia passado a constituir-se em um suporte ativo do Estado, tomando parte em milícias armadas rurais que chegam a enfrentar-se com as milícias mineiras em 1956. Isso se prolongou durante a série de governos militares e anticomunistas que se sucederam de 1964 até 1976, momento em que aparecem as primeiras rachaduras no que havia se chamado o Pacto Militar-Camponês (PMC).[2]

A importância dessa ruptura consiste em que, ao desaparecer o vínculo mediador do PMC entre o Estado e o campesinato, não somente os dirigentes sindicais camponeses deixam de atuar como correia de transmissão dos governos militares, mas o território das comunidades aparece então como um *espaço político territorial governado pelas autoridades tradicionais das próprias comunidades* camponesas andinas que começam a tomar paulatinamente consciência dessa situação. Aplicam para o exercício do autogoverno a *norma consuetudinária* ou o que denominam seus "usos e costumes". Mesmo que essa fosse uma tradição que não havia sido quebrada e se mantinha inclusive no interior das fazendas nas quais as comunidades estavam

---

[1] Em abril de 1952 uma insurreição popular liderada pelos mineiros derrubou a Junta Militar surgida de um golpe e derrotou o Exército, para logo deixar o poder nas mãos do MNR e a Paz Estensoro na Presidência. Em 1953, após massivas ocupações de fazendas, decretou-se a Lei de Reforma Agrária.

[2] O Pacto Militar Camponês foi implementado pelo general Barrientos com o pretexto de pôr fim a disputas armadas entre diversos sindicatos camponeses, e contou com o apoio de uma facção de líderes camponeses do vale.

"cativas", tinham sobre si a autoridade estatal representada pelo fazendeiro e, após a reforma agrária, pelo coordenador do PMC. Com a ruptura do PMC, o Estado fica sem presença de autoridade nessas regiões. O processo de reconfiguração das jurisdições comunitárias andinas foi feito, dessa vez, desconhecendo muitas vezes as normas do direito positivo e as autoridades estatais encarregadas da sua aplicação. Paulatinamente, a própria estrutura piramidal que havia sido constituída pelo MNR, com o objetivo de subordinação do campesinato ao Estado, começa a servir para conformar uma estrutura de autoridades territoriais *paralela* ao Estado, que passa a exercer certas competências arrebatando-as das autoridades legais. É o que ocorreu com os juízes agrários: desde finais da década de 1980 os conflitos agrários começaram a ser resolvidos pelas própias autoridades camponesas e indígenas, principalmente em nível local, mas também utilizando a estrutura em níveis hierarquizados da CSUTCB para canalizar recursos de apelação dos afetados pelas decisões que se tomam (ou que se deixam de tomar) nos níveis comunitários, evitando apelar para autoridades judiciais ou policiais.

Esse ponto de inflexão indica o começo (na prática, mesmo que ainda não no discurso) de um processo em direção à *autonomia no espaço das comunidades andinas*, ou seja, em territórios delimitados onde habita um número de unidades domésticas que controlam através de sua *assembléia comunitária* e de suas *autoridades tradicionais ou sindicais* o que ocorre no interior desse espaço. O eixo ao redor do qual se organizam os usos e costumes e as formas de autoridade é o acesso à terra, que se produz através de mecanismos e normas geradas coletivamente. Em alguns casos, esse autogoverno começa a se exercer também através das organizações de segundo grau, isto é, das centrais camponesas, que agrupam as subcentrais e comunidades, e que têm jurisdição sobre o território de um cantão ou de uma província (o equivalente no Brasil de um estado), com uma extensão que pode variar de 100 a 1.000 km^2. Essa é a base social e *de fato* (como oposta à *de jure*) sobre a qual os camponeses andinos

quíchuas e aimarás começam a construir seus espaços jurisdicionais autônomos, antes mesmo que o discurso da autonomia indígena e da luta pelo território tivesse algum eco em suas organizações nacionais.

O momento do discurso indígena: pela terra e pelo território

A *Marcha Indígena pelo Território e a Dignidade* de 1990, encabeçada pelos povos indígenas do Beni no norte amazônico, marca o outro ponto de inflexão. Adquire grande importância para a recuperação da iniciativa pelos setores subordinados, porque se dá no meio da ofensiva reacionária do ajuste estrutural. As políticas de ajuste começam a ser aplicadas em 1985, em seguida à derrota catastrófica sofrida pela COB nesse ano, a queda do governo da Unidade Democrática e Popular (UDP) de Siles Suazo e a ascensão ao governo de Paz Estenssoro com o MNR. A classe média urbana foi atraída por essa política que prometia restaurar a autoridade do Estado, eliminar todo vestígio de poder dual e possibilitar o processo de acumulação e bem-estar por meio da flexibilização trabalhista e a eliminação do poder sindical. A burguesia, um setor que havia se nutrido do narcotráfico nas décadas dos 1970 e 1980, formou então uma frente única muito sólida – que atravessa todas as instituições – em respaldo dessa política através do acordo interpartidário denominado a "democracia pactada". Qualquer luta operária ou camponesa parecia destinada a chocar-se contra o sólido muro formado por essa coalizão de todos os setores da burguesia e da classe média e fracassar.[3]

---

[3] O governo de Paz Estenssoro só teve que retroceder uma vez: quando em 1986 tentou impôr um imposto à pequena propriedade, rompendo os velhos acordos do MNR – respeitados inclusive sob os governos militares – de não impor impostos à propriedade camponesa.

Nesse contexto, a marcha indígena que percorreu mais de 500 km, partindo da região amazônica e atravessando as altas montanhas que rodeiam a cidade de La Paz, conseguiu gerar as primeiras fissuras nessa frente reacionária, com um forte impacto midiático e com a simpatia que criou nos setores urbanos: os indígenas amazônicos também existem! Vêm reinvidicar seus territórios e recursos naturais que estão sendo arrasados pelas empresas madereiras e pelos criadores de gado que se apoderam ilegalmente das terras com títulos falsificados ou simplesmente pela força. O governo de Paz Zamora (1989-1993) cede ante a grande simpatia e solidariedade que a marcha havia alcançado na cidade de La Paz e promulga vários decretos cedendo territórios a diversos grupos indígenas das terras baixas. Imediatamente, os círculos empresariais reagem denunciando a suposta ameaça de desintegração do Estado devido ao que consideram como uma aberração jurídica: começa a se questionar o papel do Estado como garantia da liberdade do capital em todo o território nacional. De fato, os empresários bolivianos entendem que a declaração dos direitos territoriais indígenas supõe barreiras que restringem a circulação e a reprodução do capital e o acesso aos recursos naturais.[4] No entanto, o muro da convergência reacionária atrás da política de ajuste começa a fraturar-se exatamente ali. Setores da Igreja e da pequena burguesia mostram o seu respaldo aos decretos e rechaçam a lógica empresarial segundo a qual eles afetariam os direitos individuais consagrados pela constituição ao estabelecer um tipo de propriedade coletiva que não tinha um lugar definido no ordenamento jurídico existente.

Por outro lado, essa marcha indígena não só deixa manifesto que o muro reacionário tem fissuras, como também gera um importan-

---

[4] Ainda que a realidade também seja que, não obstante a existência desses decretos, mais de 15 anos depois, vários desses territórios reconhecidos como indígenas não receberam seus títulos legais e o capital segue operando em alguns deles sem demasiadas barreiras, amparado muitas vezes em bandos armados e outras na corrupção de dirigentes indígenas.

tíssimo debate entre as organizações camponesas e indígenas: na realidade, o que é "o Território"? A que estamos nos referindo quando reclamamos "a devolução de nosso território"? Como os camponeses de comunidades aimarás e quíchuas que têm títulos individuais recebidos da reforma agrária de 1953 podem agora recuperar um domínio territorial? Qual é a organização política que vai administrar esses territórios? Quem encarnará a nação aimará ou a nação quíchua, cujas comunidades de base estão organizadas em sindicatos comunais ou em centrais campesinas ou em *ayllus* com jurisdições geográficas muito delimitadas, diferentemente dos chimanes ou dos moxenhos ou chiquitanos que podem ter conselhos ou cabildos que os representan como identidades ou como nações, mas que são minoritários numericamente dentro da República? Quem vai representar aos aimarás ou quíchuas que vivem nas cidades, onde são a maioria da população? Esse debate começou a se intensificar em 1988 e se desenvolveu em Congressos nacionais, como os da CSUTCB em Potosí e em Tarija (CEDLA, 1989) ou como o Encontro de Corqueamaya no qual se reúnem representantes de todas as organizações camponesas e indígenas para preparar a comemoração e protestos para o V Centenário da Invasão. Não ficou clara a resposta às perguntas anteriores, nem como se daria essa luta pelo território, mas esse Congresso deixou estabelecido que em 1992 se reuniria uma Assembléia de Nacionalidades, que seria o Instrumento Político encarregado da recuperação da terra e do território e propondo que essa seria a instância que deveria solucionar o problema do poder.

Ocorreu então que, em certos casos, a reivindicação política territorial se transformou em uma reivindicação identitária, de matiz culturalista. Houve até mesmo setores de dirigentes ou de ativistas, sobretudo aimarás, que começaram a contestar toda forma de organização sindical ou de classe, em nome da luta pela recuperação da identidade como povo. Claramente se verificava em alguns desses intelectuais aimarás como Fernando Untoja e outros a tentativa de recuperar a idéia do *bloco de classes*, um bloco de classes sob uma nova

identidade (dessa vez indígena ou originária), mas oposta à idéia de lutar contra os privilégios de classe, e melhor definida pela recuperação de sua cultura própria suprimida pela civilização ocidental.[5]

De fato, a tão esperada Assembléia de Nacionalidades não ganhou importância, graças a um bom esforço da Igreja e das ONGs a ela ligadas, que dedicaram seus maiores esforços para neutralizá-la. É certo que não havia ainda um desenvolvimento claro do processo de autonomização dos povos indígenas e das comunidades camponesas e eram muitos os espaços que ainda podiam aproveitar partidos surgidos da classe média em conexão com a Igreja, como o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) que chegou ao governo em acordo com o ex-ditador Banzer em 1989, e sua ruptura, o Movimento Bolívia Livre (MBL) que assegura um espaço no governo com Sánchez de Lozada em 1993. Ao mesmo tempo, começa a se a dar uma dissociação entre o discurso da *intelligentsia* aimará, que reivindica a recuperação territorial de forma abstrata sob a forma de um bloco de classes e como uma demanda cultural, e o processo que estava ocorrendo nas comunidades andinas de base, onde se estava operando a recuperação territorial, dado que essas comunidades estavam exercendo jurisdição sobre o território que ocupavam, à margem da norma e da autoridade do Estado. Essa dissociação se evidencia durante o mandato de Sánchez de Lozada. Recordemos que seu vice-presidente era o intelectual aimará e ex-secretário geral da CSUTCB Víctor Hugo Cárdenas.[6] Assim, enquanto *por cima* ocorriam as reformas estruturais de segunda geração com a participação de um setor dos intelectuais aimarás, *por baixo* a demanda camponesa comunitária originária já tinha um marco concreto e, além disso,

---

[5] Alguns desses intelectuais "orgânicos originários" logo, em meados da década de 1990, passaram sem muito alvoroço a pôr-se ao serviço de partidos tradicionais da direita *criolla* ou terminaram pregando um novo pacto militar camponês.

[6] Cárdenas foi responsável pela elaboração da proposta educativa da CSTUCB, sob contrato com a Unicef.

tendia a converter-se em um processo de *autonomia de classe*, no qual *as comunidades reivindicavam também seu caráter de trabalhadores camponeses*.

A fusão do discurso camponês da autonomia e o indígena territorial

Mais além das intenções de alguns intelectuais indígenas, o processo de demanda de reconhecimento identitário começou a se ligar às reivindicações camponesas e de classe, à demanda pela terra e pelo território e, pouco a pouco, à luta pelo controle dos recursos naturais. Assim se forjou o processo que primeiramente se verificou nos movimentos rurais e indígenas e depois explodiu – a partir do ano 2000, com a Guerra pela Água – como confluência dos movimentos urbanos com os camponeses.

Ocorre também, a partir da década de 1990 uma confluência entre os processos de recuperação e exercício de suas jurisdições tanto no controle do acesso à terra como na chamada "justiça comunitária" por parte das comunidades andinas, com a luta dos povos amazônicos e das terras baixas que procuram conseguir o controle de seus recursos naturais, em particular o bosque, através do reconhecimento dos territórios indígenas.

Porém, assimilado o fracaso da Assembléia de Nacionalidades, ainda devia se passar por um processo no qual o sistema tentou criar formas de mediação, utilizando a figura da *interculturalidade* e através de políticas de reconhecimento da *diferença cultural*.

A lógica das políticas interculturais aplicadas a partir do desenho previsto pelos organismos multilaterais, consiste em evitar que o processo de reivindicação identitária se combine com processos de luta de classes. Tanto a reforma educativa como o processo de reconhecimento das comunidades, que aconteceu em 1994 durante o governo MNR de Sánchez de Lozada (1993-1997), tinham o objetivo de

estabelecer um reconhecimento da diferença cultural precisamente para estabelecer um mecanismo de governo – democracia – mas pela diferença. Por outro lado, o governo Sánchez de Lozada tinha muito cuidado em privilegiar sua política diferenciando os "verdadeiros" indígenas, daqueles que fazia aparecer como "camponeses", "cocaleiros" ou "colonizadores". Conseguia freqüentemente enfrentá-los entre si, ao privilegiar a negociação com o CIDOB, que representava os povos das terras baixas (minoritários numericamente diante de aimarás e quíchuas), e, ao mesmo tempo, fazia os camponeses originários objetos de uma política de criminalização, procurando apresentar a CSUTCB como implicada com o narcotráfico devido ao seu apoio à defesa da folha de coca.

Que um regime estatal governe por meio do recurso à diferença cultural, politizando-a, significa naturalmente afastar-se muito da forma de governo pela homogenização cultural e política que o estabelecimento dos Estados-nação pressupõem em princípios do século XIX (SMITH, 1986; FRIEDMAN, 1998). Ao mesmo tempo, essa *etnificação da política*, ou essa *politização da diferença cultural*, se transforma na arma principal dos próprios movimentos indígenas na luta pela recuperação do acesso aos seus recursos tradicionais. Mas a idéia que busca se impor por trás do conceito de "interculturalidade" como política de governo tampouco é acabar com o Estado-nação enquanto sistema hegemônico. Só se trata, nesse momento, de passar algumas reformas constitucionais que incorporem o reconhecimento da diferença, pondo fim a um sistema educativo focado na homogeneidade cultural como base da nação. Essas reformas constitucionais se deram em muitos países da América Latina desde princípios da década de 1990, mesmo naqueles onde as populações indígenas têm um peso numérico relativamente reduzido.

Qual é o propósito de estabelecer o reconhecimento da diferença, a partir da perspectiva do poder, dos organismos multilaterais e, finalmente, da burguesia em geral? Bahba (1994) afirma-o claramente: o desenvolvimento dos interstícios, isto é, estabelecer a diferença,

mas para fortalecer os tecidos que unem, não para levantar fronteiras internas na nação. O que se requer para isso é fomentar a criação de camadas sociais intermediárias que surjam desses setores culturalmente diferenciados. É o caso da lei de reforma educativa e a lei de participação popular. O problema ocorre quando essa estratégia de mediação não dá exatamente os frutos que se propõe. O problema ocorre quando o Estado-nação realmente começa a fazer água.

Neutralização da autoridade indígena mediante a democracia participativa

As reformas de segunda geração que o MNR impulsionou no segundo governo encabeçado por Sánchez de Lozada, ex-ministro de Coordenação de Paz Estenssoro, foram precedidas por duas leis que levantaram uma onda de aplausos no ambiente progressista acadêmico globalizado. As organizações camponesas as qualificaram de "leis malditas" nessa ocasião, ainda que posteriormente alguns dirigentes tenham voltado atrás e passado a vê-las como um canal para a participação política que tanto buscavam. Trata-se da Reforma Educativa (RE) e da lei de Participação Popular (LPP) promulgadas em 1994. Esta última dá reconhecimento jurídico às comunidades rurais e indígenas em sua qualidade de "organizações territoriais de base" mas, ao mesmo tempo, dispõe a extensão da jurisdição municipal sobre os territórios onde essas comunidades estão estabelecidas.

O governo de Sánchez de Lozada era muito consciente da necessidade de neutralizar o autogoverno comunitário como condição para pôr em marcha um mercado de terras funcional e a LPP é um antecedente político importante para a posterior modificação da lei do Serviço Nacional de Reforma Agrária (lei INRA), na qual se estabelecem algumas pautas para a contra-reforma agrária recomendada pelo Banco Mundial. Ao contrário dos que sustentam que a LPP é um avanço para os povos indígenas, afirmo que é uma base política

para a posterior construção do mercado de terras e que ameaça o próprio fundamento do sistema jurisdicional comunitário andino. Mas, além disso, a LPP cria as condições da fragmentação das grandes organizações camponesas, particularmente a CSUTCB, através da possibilidade de incorporar os líderes camponeses à administração do Estado em seus níveis baixos, quer dizer, na administração municipal. Um ano depois da primeira eleição municipal (dezembro 1995) já ocorriam os primeiros conflitos no interior das federações camponesas que forman parte da CSUTCB, por causa da luta pelo controle das prefeituras municipais rurais. Aqui é onde começa a história do MAS, que se inicia sob o nome de *Instrumento Político Terra Território* (IP) no Congreso da CSUTCB que se leva a cabo em Santa Cruz, em março de 1995. Sua pauta de organização era definida pelo mandato do Congreso de Tarija de 1989 que mencionamos anteriormente, pelo qual se determinava organizar un Instrumento Político para a recuperação da terra e território, sob a forma da Assembléia de Nacionalidades. Em 1995, as condições mudaram, a Assembléia fracassou, a LPP já havia sido promulgada apesar dos bloqueios nacionais convocados pela CSUTCB para impedir sua aprovação (e a da RE), e já tinham sido convocadas as eleições municipais sob o novo cenário jurídico e normativo que a LPP estabelecia. A decisão que tomou o Congresso de Santa Cruz, de organizar o Instrumento Político Assembléia pela Soberania dos Povos (ASP) e buscar o registro jurídico para participar nas eleições municipais de dezembro de 1995, é sob todos os ângulos uma decisão defensiva, para evitar que os partidos políticos "tradicionais" se tornem fortes no novo cenário municipal rural e cheguem a controlar o espaço das comunidades. A ASP chega a um acordo político com a Esquerda Unida, até então uma agrupação política controlada pelo Partido Comunista que lhe cede o registro de forma praticamente incondicional. A estréia dessa força política que se ensaia no Estado de Cochabamba é auspiciosa: conseguem triunfos en 14 municípios e chegam às prefeituras em dez dessas seções municipais, apesar da oposição frontal de todos os

partidos políticos e do governo. Três dessas seções municipais são no Chapare, a região controlada pelas cinco Federações do Trópico Cochabambino que formaram uma coalizão desde 1989. A maior delas, a Federação de Trabalhadores Camponeses do Trópico de Cochabamba (FTCTF), filiada à CSUTCB, é o espaço onde cresce Evo Morales, as demais são parte da Confederação Sindical de Colonizadores da Bolívia (CSCB).

As Federações do trópico nas terras baixas ao norte de Cochabamba, diferentemente das organizações agrupadas na CSUTCB, são o resultado do deslocamento dos camponeses de suas comunidades de origem para o Chapare, onde cultivam principalmente a coca e são chamados de "colonizadores" pelo Estado que lhes designa terras através do Instituto de Colonização. De forma diferente da *estratégia de segurança alimentar* que se desenvolve nas comunidades altas dos Andes, nas zonas baixas é preciso produzir para vender: o clima tropical não permite conservar nenhum tipo de alimento. Aos colonizadores chaparenhos unem-se os mineiros relocalizados durante a gestão de Paz Estenssoro na segunda metade da década de 1980 e a população alcança 40 mil famílias.[7] Os sindicatos do Chapare reúnem características dos sindicatos camponeses das terras altas, pois controlam o acesso à terra, mas por sua vez diferem ao manter uma íntima conexão com o mercado através da produção de coca e de frutos tropicais. As relações que se estabelecem no interior dos sindicatos motivaram uma estruturação muito mais férrea das estruturas piramidais internas das Federações que contrasta com a figura de maior autonomia nas organizações comunitárias andinas de base nas Federações que formam parte da CSUTCB e que não per-

[7] A organização dos cocaleiros se fez muito conhecida por sua combatividade e disciplina, que teve muito a ver com o tipo de organização que lhe imprimiram os mineiros ruralizados. A base dessa organização, contudo, são os camponeses pioneiros que têm as melhores terras próximas das estradas e são os que contratam mão-de-obra camponesa recém-chegada para trabalhos de colheita, e que também se emprega na pisagem da coca para sua industrialização.

mitem um desenvolvimento piramidal tão verticalizado. No entanto, o conceito de jurisdição indígena originária que é tão patente nas comunidades do altiplano, não se deixa ver claramente nas terras de colonização, possivelmente por essa relação tão próxima com o mercado e a influência mineira. As Federações cocaleiras, que tão freqüentemente recorreram aos bloqueios de estradas e puseram em xeque a capacidade do Estado de garantir o livre trânsito em seu território, nunca tiveram, contudo, uma política territorial. Pior ainda, mesmo quando a lei INRA abre um espaço para estabelecer certa construção territorial indígena como são as Terras Comunitárias de Origem (TCO), os cocaleiros permaneceram cerradamente opostos a essa medida. Concebiam-na como uma relíquia dos índios, e os índios, em certa medida, eram uma barreira que se opunham à expansão da coca e dos cultivos comerciais.[8]

Por essas e outras razões, a ASP conformada no Congresso da CSUTCB de Santa Cruz fragmentou-se durante as eleições de 1997, nas quais os cocaleiros decidiram fazer voto cruzado, evitando, dessa maneira, que fosse eleito o dirigente da Federação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses de Cochabamba (FSUTCC) que representa as comunidades andinas e, em troca, Evo Morales fosse eleito pela primeira vez como deputado.

Enquanto isso, foi tomando forma o processo que ocorreu ao nível das prefeituras, onde os camponeses haviam participado com seus candidatos próprios eleitos em assembléias provinciais.

---

[8] É o caso dos grupos indígenas Yuquis e Yuracarés que conseguiram o reconhecimento de seus territórios como TCO no Parque Isiboro Sécure, localizados em plena região do Chapare e em constante conflito com os colonizadores que avançam e ocupam terras no interior desses territórios.

Participação Popular e as novas jurisdições urbano-rurais

Os aspectos centrais da Lei de Participação Popular (LPP) promulgada em abril de 1994 se resumem da seguinte maneira:

1) Define uma nova jurisdição territorial dos municípios, ampliando-a para todo o âmbito das seções de províncias. Desde então, se unifica o espaço urbano e rural em uma só jurisdição político-administrativa e em um só plano de desenvolvimento local. 2) Outorga às prefeituras 20% dos ingressos do tesouro nacional como co-participação tributária nos impostos internos, dos quais 90% devem ser utilizados em investimento e não se pode usar em gastos correntes. 3) Reconhece a personalidade jurídica das "organizações territoriais de base chamadas desde então de OTBS". Dois anos depois, um decreto supremo dispõe que se siga reconhecendo pelo seu nome às comunidades e povos indígenas, ou seja, que as personalidades jurídicas outorgadas pelas prefeituras departamentais deverão especificar se se tratam de comunidades camponesas ou indígenas etc. e não englobá-las sob o nome de OTBS. As OTBS elegem um representante por cada distrito ou cantão para conformar um Comitê de Vigilância perante o município. 4) "Transfere a infraestrutura física da educação, saúde, esportes, estradas vicinais, microirrigação, com a obrigação de administrá-la, mantê-la e renová-la". A lei de Diálogo Nacional, do ano 2001, também transfere os gastos correntes (com pessoal) da educação e saúde que estavam centralizados na administração do governo nacional derivando-os do orçamento municipal sem que esteja clara a forma de financiamento dos mesmos.

A corrente ideológica principal do governo propunha a LPP, em primeiro lugar, como um instrumento de generalização da cidadania em desenvolvimento e eqüidade: desenvolvimento concebido a partir de uma perspectiva de eqüidade já que se tratava de redistribuir recursos para regiões que haviam recebido até então apenas uma pequena contribuição do orçamento geral da Nação. Era parte de

uma estratégia que apontava para o "município produtivo", conceito que nunca chegou a ser esclarecido mas parecia marchar no sentido de "urbanizar o campo", isto é, fazer chegar às regiões rurais os progressos da civilização urbana.[9] Também se dizia que os mecanismos de participação estabelecidos através da lei significavam um claro reforço da sociedade civil e do poder local (De La Fuente, 2001).

Em outra vertente de interpretação no próprio governo, o líder indígena aimará que fora secretário-geral da CSUTCB e tornara-se vice-presidente, Víctor Hugo Cárdenas, promovia a lei invocando o destino dos povos marginalizados. Em sua interpretação, estava se passando "de uma democracia do voto a uma democracia social, étnica, cultural e econômica" cuja base "é o reconhecimento legal da personalidade jurídica das organizações chamadas territoriais de base" e que "por trás desse reconhecimento legal está a aposta pela sociedade" (Cárdenas, 1997, p. 21-25). Isso não impedia que enfatizasse simultaneamente que: "a democracia que vivemos é uma democracia colonial, colonialista, excludente e o Estado que surge dessa realidade é um Estado colonialista e excludente". Testemunho paradoxal que refletia uma dupla pressão: a do seu cargo e a outra, que partia das organizações camponesas originárias, principalmente aimarás, que interpretaram, no início, a ascensão de Cárdenas por um lado como expressão de suas próprias possibilidades de ascensão enquanto cidadãos assimilados à sociedade dominada pelos *criollos* e, ao mesmo tempo, como possibilidade de reconhecimento das características próprias do aimará como sujeito social coletivo.

Minha leitura se baseia não tanto nos aspectos retóricos que acompanhavam dita reforma e aparentam ir na direção do reconhecimento do indígena, mas em seu significado prático, o qual antecipamos no mesmo ano de sua promulgação.

---

[9] Isso tem a ver com a formulação da estratégia global de "luta contra a pobreza", nesse caso do PNUD, que baseia seus indicadores de medição em parâmetros de tipo urbano.

Em nossa opinião, as ONGs já abriram – consciente ou inconscientemente – uma ampla margem de ação para que o Estado proponha seu controle sobre o espaço jurídico que até agora era próprio da comunidade camponesa (REGALSKY, 1994, p. 161).

O próprio Cárdenas afirma que a LPP fez nascer a reconstrução do "estado local", isto é, aquilo que se converteria no mecanismo neutralizador do mini-estado indígena *paralelo* que Carter e Albó (1988) vêem na comunidade aimará dos anos 1980.

As organizações camponesas, tanto federações departamentais como a própria CSUTCB, imediatamente interpretaram o projeto de lei como uma tentativa de sabotar as organizações e comunidades em suas formas próprias de organização e de controle do espaço. Viram-no como uma tentativa de solapar sua autonomia e tentar opor-se à aprovação do projeto tão logo ele foi divulgado. Os movimentos sociais se lançaram contra o projeto de lei – que era parte do que se denominaram "as três leis malditas": LPP, RE e lei de capitalização – e fracassaram, apesar da convocação a bloqueios ter sido acatada por boa parte das comunidades camponesas, sobretudo na região quíchua da Cordilhera. A única coisa que conseguiram foi a negocição de mudanças no decreto regulamentador, que reconhecia o nome próprio de cada uma das organizações de base. Desde então, uma atitude ambivalente das comunidades deixa confusa a direção de suas próprias organizações matrizes, que continuam mantendo a exigência de derrogação dessas leis em sua pauta de reivindicações até princípios do ano seguinte, em 1995, pois após a sua promulgação, muitas comunidades do altiplano e das terras baixas começaram a organizar-se para obter a personalidade jurídica, como OTBS, e imediatamente depois também as comunidades do vale.

Gera-se então uma corrida competitiva entre as comunidades, que inaugura um período de crescente faccionalismo local. Em primero lugar, há uma concorrência que se inicia entre comunidades organizadas em sindicatos, *ayllus* e, às vezes, também por parte de associações e juntas vicinais, que lutam para obter a personalidade

jurídica e assim obter o reconhecimento, dentro de determinados limites geográficos, em relação à representatividade relativa de uma determinada aldeia, às vezes às custas de outras organizações ou comunidades. A luta pela delimitação territorial tanto municipal como entre as próprias organizações e comunidades se converte, por sua vez, em uma complicada fonte de conflitos.[10]

Em segundo lugar, se desata uma concorrência para conseguir "obras municipais" entre comunidades que pertencem a uma mesma Central ou Subcentral e são parte de uma jurisdição municipal. Essa concorrência intercomunitária debilita a capacidade de negociação comunitária e favorece os vizinhos do lugar onde tem sede a autoridade municipal, que conseguem acesso privilegiado aos escassos recursos municipais.[11] Esse assunto começa a complicar-se a partir de 1996, quando assumem suas funções as novas administrações municipais em função da LPP e da lei orgânica de Municipalidades de 1985.

Os dois temas anteriores nos levam ao que nos interessa destacar: *a vigência de uma jurisdição camponesa andina própria – que existia de fato e sem reconhecimento legal – e que dá lugar a uma superposição de jurisdições com a nova administração municipal urbano-rural criada pela LPP*. A autoridade comunitária entra em concorrência e num jogo contraditório de forças com a autoridade municipal. A municipalização da área rural em um desenho urbano-rural único

---

[10] As organizações territoriais que foram reconhecidas não obedeciam as mesmas delimitações geográficas que tinham as jurisdições administrativas dentro das quais eram reconhecidas, e apareciam numerosas organizações cujo território caía sob a jurisdição de duas ou mais seções municipais diferentes, inclusive de províncias diferentes. No caso das terras baixas no Oriente boliviano há territórios indígenas demandados pelos povos como Terras Comunitárias de Origem, que aparecem repartidos entre quatro províncias (ORELLANA, 1999).

[11] Por exemplo o município de Mizque, sempre apresentado como o caso modelo da participação popular, destinou 90% de seus recursos de investimento ao desenvolvimento de ornamentos e redes de água para os 2 mil habitantes da aldeia, enquanto para os outros 30 mil habitantes das mais de 150 comunidades camponesas ficou os 10% restantes (RIVERO, 2001).

e rígido para todo o país que, como vimos, debilita as comunidades rurais, implica ademais o tema da *autodeterminação indígena* ao qual se refere Cárdenas e que está relacionado com as implicações dessas reformas em termos de *políticas interculturais*. A municipalização e eleitoralização da autoridade (em termos de aparição da mediação obrigatória dos partidos políticos para a eleição de autoridades locais) corroem a autonomia comunitária, mesmo quando os camponeses esboçaram imediatamente uma resposta em termos de "instrumento político" que interviria no cenário eleitoral ao lado dos partidos políticos do "sistema".

O eleitoralismo camponês e indígena

As primeiras eleições municipais sob esse novo regime municipal se realizarão em dezembro de 1995. Nessa ocasião, aparece um novo ator político, o chamado *Instrumento Político* organizado pela CSUTCB em março de 1995, por resolução do Congresso Nacional levado a cabo em Santa Cruz, e significou um aparente giro de 180º em relação às posições que havia assumido a Confederação a partir de 1989, quando estava se aproximando o quinto centenário da colonização.

O eleitoralismo camponês e indígena não era recente. Nas eleições de 1993, o MNR havia incorporado em suas listas vários candidatos com trajetórias no movimento camponês e indígena, e isso não fazia mais que retomar uma tradição movimentista de cooptação dos dirigentes agrários surgidos na revolução de 1952. Outro partido componente da coalizão que vai governar a partir de 1993, o MBL, havia incorporado em suas listas vários representantes indígenas, dentre eles o presidente da CIDOB,[12] Marcial Fabricano. Em alguns casos,

[12] A Confederação Indígena do Oriente Boliviano agrupa as etnias de terras baixas, pouco numerosas mas de grande peso político durante a época das reformas a que estamos nos referindo.

as organizações camponesas reagiram e expulsaram dirigentes que se comprometeram com partidos sem ter consultado suas bases em primeiro lugar, como ocorreu na província Campero em 1989. Em outras províncias, os dirigentes tomaram distintos caminhos através de ampla variedade de partidos, mas tiveram a precaução de consultar primeiro as assembléias de suas centrais ou comunidades, de uma maneira mais ou menos "orgânica". Esse eleitoralismo, entretanto, foi ganhando força entre dirigentes de organizações camponesas e indígenas, e o fato de que vários deles estivessem filiados a distintos partidos políticos dos chamados "tradicionais" por essas mesmas organizações, é um fenômeno diferente e que não se deve confundir com a participação "orgânica" dessas próprias organizações nos processos eleitorais (como resultado do Congresso Camponês de 1995) e, portanto, com as conseqüências que têm essa participação. Tampouco se pode confundir com um processo que tem maior profundidade histórica, que é a reestruturação das formas de autoridade e de organização territorial na área ocupada pelas comunidades andinas, que ocorre na raiz da implementação da LPP.

Nos fatos, porém, haverá uma combinação de todos esses fatores, dentre os quais joga um papel fundamental a cooptação e o clientelismo político que desenvolvem os partidos da "democracia pactada" no interior das organizações sociais. Mas o clientelismo por si só não explica a transcendência das mudanças que aparecem no horizonte das comunidades camponesas andinas. Também a participação "orgânica" e os processos de burocratização que aparecem conseqüentemente dentro das próprias organizações camponesas têm seu peso nas transformações.

Não se trata apenas de um giro das organizações camponesas, nos dirigentes de segundo e terceiro grau que, de forma orgânica, começam a intervir nas campanhas eleitorais. Não se trata apenas de que as organizações camponesas, que tinham até então uma ação reivindicativa numa perspectiva de autodeterminação passam então a atuar em campanhas eleitorais onde adquire peso o componente de

"sedução" e "promessa" que implica fazer campanha. Isso supõe uma virada no tipo de ação desempenhada por essas organizações e uma espécie de segmentação interna. Há um nível de maior profundidade histórica que é afetado pela LPP, apesar de que só começa a se sentir depois de passada a embriaguez eleitoral.

A LPP teve um forte impacto e continua tendo, de forma crescente, nas comunidades camponesas e comunidades tradicionais. Elas mais que quaisquer outras realidades, junto com as organizações dos povos originários do Oriente e do Chaco estão sendo impulsionadas a integrar-se na nova sociedade democrática boliviana, na formação de novas formas de cidadania. A expressão da nova sociedade ainda está em um processo de definição e transição (ou emergência) a partir de velhos sistemas de valores e hierarquias sociais, em busca de novas formas de integração em sua relação com o Estado e a política, e os que foram mais afetados por essas mudanças foram os camponeses ao verem ameaçados seus sistemas de organização tradicional, seu ordenamento territorial e suas formas de relação com o Estado, vigentes desde 1952 (BLANES, 1999, p. 3).

A partir da aparição dos candidatos camponeses nos municípios em 1996, se consolida o que Blanes considera um "processo irreversível". Enfrentamentos e faccionalismos sempre existiram nas comunidades do altiplano, tanto aimará como quíchua. A novidade, no caso da implementação da LPP, é a abundância de situações, motivos e oportunidades. O cavalo de batalha não são estratégias diferenciadas de desenvolvimento, mas o acesso a obras. (BLANES, 2000, p. 69)

Em suma, a LPP debilita a autoridade das comunidades e reforça o faccionalismo, contribui assim para a desarticular a jurisdição das comunidades sobre a terra, pois a proposta contida nela não apenas se refere a uma modernização nas formas da administração pública, à descentralização e à eqüidade no acesso aos fundos públicos, mas se relaciona estreitamente com uma estratégia de transformação produtiva que busca dinamizar a agricultura comercial e desbaratar a agricultura de segurança alimentar, supondo resolver a relação ín-

tima das comunidades camponesas-indígenas com a terra. Dito de outra forma, separar os indígenas de sua terra e consolidar o que o MNR pretendia com a Reforma Agrária de 1953: estabelecer o capitalismo no campo.

O campo político da localidade parecia então o terreno fácil para o qual era possível derivar as agudas tensões políticas e sociais de caráter nacional que derivavam da proposta de autodeterminação nacional dos povos originários. O município e suas tentações facilitam a fragmentação dos movimentos sociais nacionais em centenas de "brigas de galos" locais. Paradoxalmente, aqui também é onde se concentra com maior força o desprestígio dos partidos da democracia pactada pelo grau de corrupção que os acompanha.

A resposta política das organizações camponesas caminha sobre um delicado equilíbrio com vários perigos. O Instrumento Político, inicialmente camponês, passou em 2002 do nível da representação local e da intervenção em eleições municipais a conseguir, para surpresa geral, um grande peso em âmbito nacional, chegando inclusive a disputar a presidência da república nessas eleições nacionais, nas quais Evo Morales obteve um inesperado segundo lugar. As intromissões da embaixada norte-americana, que atacou Morales de forma direta, jogaram a favor do candidato camponês. Já nesse momento se produziu uma mudança fundamental no interior do Instrumento Político organizado pela CSUTCB, agora conhecido só por suas siglas eleitorais como MAS. No lapso ocorrido entre 1997 e 2001 se inverteu a relação: o MAS deixou de ser o braço político da CSUTCB, cujas orientações são definidas nos Congressos Nacionais camponeses. Até então se podia dizer que assim como, em nível local, o poder territorial das comunidades se exercia em paralelo ao das instituições estatais, também dentro do MAS havia uma espécie de duplo poder: as organizações tinham, em nível territorial, suas Direções de Instrumento Político que tomavam resoluções e elegiam seus candidatos a deputados e prefeituras, enquanto, pelo alto, os funcionários eleitos do MAS começavam a estruturar um partido ao

estilo autoritário tradicional. Continuamente se dava a tensão entre ambas estruturas, ao mesmo tempo que a autoridade pessoal de Evo ajudava a consolidar o paulatino predomínio do aparato. A partir desse momento as decisões são tomadas nos ampliados do MAS, compostos exclusivamente pelos deputados, prefeitos e vereadores eleitos e a CSUTCB fica reduzida ao papel de um participante a mais, apesar de ser a principal provedora de votos. Mais ainda, enquanto nas eleições de 2002 participaram das listas do MAS e foram eleitos ao parlamento cerca de 18 dirigentes indígenas, nas listas para as últimas eleições de 2005, se houve algum dirigente indígena foi somente em nível de suplente, como é o caso de Carlos Cuasase em Santa Cruz, enquanto apenas alguns dirigentes camponeses, aqueles mais destacados por sua lealdade pessoal a Evo, conseguiram figurar na lista.

O outubro vermelho foi o resultado de uma agregação molecular a partir dos conflitos locais

Prada (2005) tem razão quando chama a atenção sobre o processo molecular subjacente à paulatina ascensão das mobilizações sociais. Pouco enquadrados em organizações nacionais, que já tinham perdido a sua capacidade de convocação, os movimentos indígenas no ano 2000 e a explosão semi-insurreicional de outubro de 2003 aparecem, a olhos pouco advertidos, como um acontecimento, como a aparição da "multidão" (García Linera, 2000). Ao contrário, esse ascenso e os combates que travam as massas se estruturam sobre bases organizativas locais bem sólidas que vão se agregando à medida que a tensão cresce, como foi evidente no caso da *Guerra da Água* de Cochabamba, ocorrida no ano 2000, que deriva na criação da famosa *Coordenadoria da Água e da Vida*. Surgida em conseqüência dessa agregação molecular, a Coordenadoria canalizou esse processo com êxito durante vários meses. Uma vez que a agregação social se deteve, já obtido o objetivo da mobilização (anulação do contrato com a

multinacional Bechtel), a Coordenadoria ficou só com o nome e, claro, a fama.

Os primeiros momentos do abalo social que derrotou o presidente Sánchez de Lozada em outubro de 2003 estiveram marcados por conflitos municipais nos quais a população massivamente destituiu o prefeito eleito por acusações de corrupção e nomeou outro em assembléia geral, acompanhado com bloqueios para exigir o reconhecimento dessa nova designação que viola as normas de eleição de autoridades. Ao mesmo tempo, ocorreu um conflito encabeçado pelo dirigente aimará Felipe Quispe "*Mallku*" que pretendia liberar um dirigente de uma comunidade lacustre encarcerado porque se havia aplicado a justiça comunitária a dois ladrões de gado. Não se salvaram dessa reação violenta em nível local aqueles representantes camponeses que, tendo sido promovidos a funcionários de Estado pelo Instrumento Político, haviam sido logo comprados ou corrompidos por agentes do aparato da "democracia pactada" dos partidos "tradicionais" e haviam passado ao oficialismo como ocorreu no caso da província Morochata em Cochabamba. A ação do MAS, que buscava situar-se no cenário político, rechaçando a venda do gás através de portos chilenos e organizando marchas pacíficas em diversas cidades, permitiu que a mobilização social, que inicialmente se apresentava fragmentada, encontrasse um ponto de unificação em uma demanda nacional. Os dirigentes urbanos de La Paz, a federação camponesa aimará de La Paz e a COB negaram-se a alinhar-se com o MAS, que pretendia obter um saldo propagandístico das mobilizações, mas coincidiram na demanda da recusa à venda do gás e, ao mesmo tempo, buscaram ultrapassar o marco no qual o MAS queria manter as mobilizações. A posterior repressão em Warisata, uma localidade famosa por ter sido a sede de primeiro instituto de formação de professores indígenas, e a indignação que se seguiu em todo o país permitem vertebrar rapidamente o movimento em escala nacional. Ocorre então o cerco a La Paz que reeditou no imaginário popular a epopéia de Tupak Katari. A cidade fica desabastecida,

inclusive os organismos de repressão careciam de combustível para os seus veículos. A repressão militar das massivas manifestações em El Alto, com mais de 60 mortos, sacode o país, faz romper a frente governamental e tudo isso permitiu terminar as jornadas vitoriosamente com a queda do regime de Sánchez de Lozada.

El Alto é uma cidade operária com predominio da atividade "informal", que é a norma do sistema produtivo e comercial nacional. Algumas semanas antes da sublevação, em El Alto havia acontecido uma mobilização popular contra a imposição de um imposto municipal que teve de ser suspenso. As organizações vicinais dos bairros que abrigam milhares de pequenas oficinas artesanais atuam geralmente junto com as associações de pequenos comerciantes. Elas ocupam as ruas da cidade altenha e se trasladam também ao centro de La Paz para vender em pequenos postos que ocupam menos de um metro quadrado nas calçadas e também em plena rua. Outros milhares de altenhos e altenhas vão semanalmente ou diariamente ao centro da cidade para buscar trabalhos temporários. Os mais afortunados têm trabalho em alguma das fábricas que se instalaram na zona altenha aproveitando a abundância de mão-de-obra e as proximidades das estradas e do aeroporto, assim como o fácil acesso às fronteiras com o Chile e o Peru. A COB viveu um ligeiro despertar durante as mobilizações de outubro, mas a fragilidade de suas estruturas a fez vacilar imediatamente depois. A liderança recaiu na direção das *juntas vicinais* que se associou à coordenadora da água de Cochabamba para iniciar, imediatamente depois, uma luta pela expulsão da empresa francesa concessionária dos serviços de água.

A crise de Estado

Mas a mobilização popular não explica sozinha a *crise de Estado*. O fato é que *os de cima já não têm a capacidade de governar e os de baixo já não querem ser governados*. A crise de Estado desnudou-

se no mal batizado "fevereiro negro", que serviu de prólogo para as jornadas de outubro de 2003. O enfrentamento armado dos grupos especiais da polícia com a guarnição militar do Palácio de Governo, do qual fugiu o presidente Sánchez de Lozada, explodiu em razão do anúncio do aumento de impostos aos assalariados. Os policiais já haviam se amotinado em 2001 durante as mobilizações do altiplano em virtude das condições de trabalho e salariais. O descumprimento dos convênios firmados nessa ocasião e a ameaça da redução do salário determinaram a mobilização que derivou em dezenas de mortos, incluindo civis que se somaram à rebelião.

O que explica essa condição quase permanente de crise de Estado que viveu a Bolívia desde o ano 2000 e que recentemente parece ter dado um tempo após as eleições de 2005, vencidas por Evo? A explicação corrente é a exclusão e o agravamento do abismo que separa as duas Bolívias, a Bolívia indígena e a Bolívia urbana mestiça e branca. Soma-se a esse elemento histórico a crise conjuntural causada pela descapitalização do Estado gerada pelas políticas de desnacionalização das minas, do petróleo e das empresas nacionalizadas em geral, que abasteciam o orçamento nacional e empregavam mão-de-obra na Bolívia pós-1952. A recuperação dos recursos naturais estratégicos desnacionalizados é vista como a condição para a recuperação dessa crise e essa tarefa foi encomendada por mandato eleitoral ao governo de Evo.

Há, porém, um elemento mais geral que corre por trás de ambos fatores – um histórico-cultural e outro conjuntural econômico – já mencionados. A globalização se anuncia como mensageira de um sistema de dominação imperial e de uma transformação no sistema hegemônico mundial que permitiria ao capital superar a crise do modelo de acumulação resultante do esgotamento do ciclo keynesiano. A globalização, contudo, não é apenas a tentativa de superação da crise, é também, em si mesma, o anúncio e a conseqüência da crise. Implica, como nos explica muito bem Friedman (1998), a crise de hegemonia de um sistema baseado nos Estados-

nação. Isso se explica pelo fato de que os capitais, encerrados no invólucro dos Estados nacionais, não vêem a maneira de conservar taxas de lucro suficientemente altas. Fechou-se o ciclo tecnológico cibernético, sem que os anúncios de novos ciclos econômicos movidos pelas inovações da engenharia genética e da nanotecnologia se apresentem como saída para a crise da taxa de lucro. O único motor da economia mundial agora é o recurso à mão-de-obra semi-escravizada chinesa que, no entanto, já está mostrando sinais de rebelião. A queda do salário nos países imperialistas não conseguiu criar condições para a retomada dos ciclos de expansão do capital. Assim, parece que essa crise dos Estados-nação e a crescente consolidação monopolista evidenciaram o anúncio de uma *crise civilizatória global*, sendo a dominação mundial da cultura da Coca-Cola e McDonald's o canto de cisne da civilização burguesa nascida da revolução industrial. Expressada na ideologia do predomínio das liberdades individuais por cima do direito coletivo e na individualização e fragmentação social como modelo de progresso, essa civilização está hoje em questão, fora e dentro.

O ressurgimento daquelas civilizações derrotadas pelo capitalismo, a civilização islâmica, vivida em primeiro lugar como um enfrentamento religioso, e as culturas indígenas da América quase ao mesmo tempo, vividas mais como um processo de recuperação territorial, e ambas reclamando a primazia dos direitos coletivos acima do individual, são a evidência indireta desse declínio civilizatório global. Por dentro, a possibilidade de um novo ciclo tecnológico baseado na bioengenharia é questionada pelas próprias classes médias dos países imperialistas, que a vêem como um perigo para a sobrevivência da vida no planeta tal como a conhecemos. Se esse é o caso, estaríamos às portas de um processo de crise em cadeia dos Estados-nação. A França recentemente deu um alarme nesse sentido, não escutado por seus dirigentes conservadores que se negam a dar uma válvula de escape a essa situação através das políticas da interculturalidade (cujo ensaio, como vimos, fracassou já em primeira instância na Bolívia).

O atual processo boliviano é, para quem queira escutar e ver, um *prenúncio dos novos tempos.*

Elementos adicionais para situar as eleições de dezembro de 2005

Se levarmos em conta o processo da *crise de hegemonia* que acabamos de descrever sucintamente, talvez seja mais fácil entender como é que os setores mais reacionários de uma burguesía latifundiária, que já começou a armar seus grupos paramilitares para defender suas terras mal legitimadas, possam ter aceitado com protestos muito débeis a instalação no governo do seu pior inimigo, o chefe dos cocaleiros. Mas há um elemento adicional que é necessário também levar em conta para entender o que hoje está se passando e o que provavelmente poderá acontecer no Palácio Queimado de La Paz e nas ruas e nos campos e que forma parte da caracterização que essa burguesia fez de Evo Morales.

Em maio e junho de 2005 se repetiram as jornadas de outubro de 2003, voltou a instalar-se o mesmo cerco a La Paz, com o acréscimo de que dessa vez se iniciou também um cerco a Santa Cruz. O *Comitê Cívico de Santa Cruz* que agrupa os setores mais fortes da burguesia boliviana aliada às multinacionais petroleiras deve parte de sua força ao fato de que, em Santa Cruz, a população ainda não pôde se organizar. Há um enorme fluxo de população do ocidente do país, das zonas chamadas "*collas*" pelos próprios crucenhos, provendo, por um lado, mão-de-obra barata para a agricultura, e assentando-se como colonos em terras situadas ao norte da cidade. Também afluiram à cidade e para sua periferia milhares de pequenos comerciantes pacenhos e cochabambinos constituintes de uma espécie de "classe média" *colla* em meio da urbe crucenha. Esses setores começaram a mobilizar-se em 2005 quando os colonos do Norte de Santa Cruz estabeleceram um bloqueio de estradas que manteve a cidade isolada

do resto do país. Para completar, pelo lado sul as suas exportações se viram também bloqueadas, dessa vez pelas organizações da *Assembléia do Povo Guarani* que reivindica a criação do décimo estado que se separaria de Santa Cruz formando o Grande Chaco. Esses desafios já começaram a alarmar essa burguesia acostumada à prepotência e inclusive ao genocídio de qualquer povo que esteja em sua frente. Quem então ajudou a superar o susto? Ninguém a não ser Evo. Quando a mobilização esteve mais forte demandando a imediata nacionalização dos hidrocarbonetos e a convocação da assembléia constituinte, chegando até mesmo à ocupação dos poços petrolíferos em Santa Cruz, foi justamente o dirigente cocaleiro que propôs o adiantamento das eleições e a renúncia de Carlos Mesa. Essa proposta foi rechaçada pelo resto dos setores populares, mas a reivindicação feita por Evo e pelo MAS já havia sugerido uma saída que os setores mais lúcidos do sistema imediatamente assumiram, com o apoio militante da Igreja Católica e da imprensa. Dessa maneira, a mobilização terminou se diluindo sem conseguir seus objetivos, pois um grande setor da população aceitou a proposta: levaremos Evo ao governo e solucionamos os problemas. Assim, abriu-se então a possibilidade de que o sistema político se reagrupasse e relegitimasse suas instituições nas eleições gerais. Esse é um importante aspecto a ressaltar do resultado do 18 de dezembro. Por um lado, houve o tremendo e comovedor fato que vimos em Tiwanaku: a simbologia aimará com a qual se envolve a subida ao governo do primeiro presidente índio da América. Mas a outra cara da moeda é a recomposição do sistema político e a recuperação da confiança de uma grande massa do povo nas instituições da democracia burguesa. E essa é a razão pela qual os setores mais reacionários do empresariado mafioso crucenho estiveram dispostos a receber em sua sede e com aplausos, em 3 de fevereiro de 2006, aquele que era seu inimigo jurado.

Isso não diminui a importância dos resultados eleitorais de dezembro de 2005. São o reflexo do terremoto que vem sacudindo aqueles Estados nacionais constituídos durante o século XIX pelas burguesias

criollas sobre territórios conquistados militarmente. Há um ciclo de hegemonia que parece estar chegando a seu fim. Mesmo que o próprio governo de Evo possa resultar sendo parte da receita "multicultural" para prolongar a agonia desses regimes, o próprio caráter do remédio pode também significar um trago amargo para os setores dominantes. O governo de Evo está hoje na corda bamba, pois os movimentos sociais que quis subordinar através do MAS recuperaram certa iniciativa com a consolidação do "*Pacto de Unidade das organizações indígenas e originárias*" na reunião de dirigentes sociais que se realizou em Santa Cruz de 15 a 17 de fevereiro de 2006. O fato importante é que a marcha dos indígenas pela recuperação de seu território está longe de ter sido interrompida e hoje esses indígenas decidiram cumprir tarefas complicadas, como as colocadas pela Assembléia Constituinte.

Referências bibliográficas

BAHBA, Homi. *The Location of Culture*. London: Routledge, 1994.

BLANES, Jose. *Bolivia: Participación social y modernización del Estado. Impactos en los sectores campesinos*. La Paz: CEBEM, 1999.

____. *Mallkus y Alcaldes*. La Paz: CEBEM-PIEB, 2000.

CÁRDENAS, Victor Hugo. El rescate de viejos postulados. In: *El Pulso de la Democracia: Participación ciudadana y descentralización en Bolivia*. Caracas: Nueva Sociedad, 1997.

CARTER, W., ALBO, X. La comunidad aymara: un miniestado en conflicto. In: *Las raíces de América: el Mundo Aymara*. Madri: UNESCO-ALIANZA, 1988.

CEDLA. CSUTCB: Debate sobre documentos políticos y asamblea de nacionalidades. *Talleres Cedla*, n. 8, 1989.

DE LA FUENTE, Manuel. *Participación Popular y desarrollo local.* Cochabamba: PROMEC-CEPLAG, 2001.

Friedman, Jonathan. Transnationalization, Socio-political Disorder, and Ethnification as Expressions of Declining Hegemony. *International Political Science Review,* v. 19, n. 13, p. 233-250, 1998.

García Linera, A., Gutierrez, R., Prada, R. *El retorno de la Bolivia plebeya*. La Paz: Comuna, 2000

Prada, Raúl. Bolivia. Los movimientos moleculares de la multitud. *Herramienta*, n. 30, 2005.

Regalsky, Pablo. La participación popular y las ONGes de Cochabamba. In: Ministerio de desarrollo humano (ed.). *Participación Popular y ONGs*. La Paz: MDH-DCONGS, 1994.

Smith, Anthony. *The Ethnic Origin of Nations.* Oxford:Blackwell, 1986.